



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso



Instagram: @jornalistapaulocappelli

Corte italiana diz que Moraes suprimiu trecho de relatório sobre acusador de Zambelli

Valter Campanato/Agência Brasil

A Corte Suprema de Cassação da Itália registrou em decisão que o ministro Alexandre de Moraes (STF) teria “suprimido” um relatório da polícia brasileira que apontava inexistência de contatos entre a ex-deputada Carla Zambelli e um dos principais acusadores do caso, o hacker Walter Delgatti Neto, descrito no documento como alguém com “traços de mitomania”. A referência consta no acórdão que anulou o pedido de extradição apresentado pelo Brasil contra a ex-parlamentar.

O documento foi assinado em 22 de maio deste ano. Na decisão, os magistrados italianos reproduzem argumentos apresentados pela defesa de Zambelli e afirmam que o relatório teria sido produzido no âmbito de investigações ligadas a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Brasil.

Segundo o relato registrado pela Corte, o material apontaria ausência de vínculos entre Zambelli e o acusador identificado pelas iniciais “W.D.N.”. As iniciais coincidem com as de Wal-



Magistrados italianos concluíram que havia indícios de comprometimento

ter Delgatti Neto, hacker que afirmou à CPI dos Atos Golpistas que a então deputada teria ordenado a invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para demonstrar supostas vulnerabilidades do Judiciário.

O texto também menciona que o documento atribuía ao denunciante “propensão à calúnia e à manipulação de informações”.

“Tal relatório [...] destacava a propensão de W.D.N. à calúnia e à manipulação

de informações, bem como a inexistência de relações, inclusive em nível informático, com a recorrente”, diz trecho do acórdão.

A expressão “traços de mitomania” é utilizada para descrever comportamento associado à mentira compulsiva ou patológica. Pessoas classificadas dessa forma costumam apresentar tendência recorrente à distorção de fatos e à criação de narrativas falsas ou fantasiosas.

O acórdão não revela a identidade completa da pessoa mencionada nem detalha qual teria sido exatamente seu papel no processo brasileiro. A Corte italiana também não afirma se as alegações apresentadas pela defesa foram comprovadas, apenas registra os argumentos como parte da fundamentação que levou o tribunal a rejeitar a extradição.

Na decisão, os magistrados italianos concluíram que havia indícios de comprometimento da imparcialidade objetiva do processo conduzido no Brasil. O tribunal apontou que Moraes atuou em diferentes fases do caso, incluindo decisões cautelares, julgamento e atos relacionados ao pedido de extradição. Segundo o órgão, isso poderia comprometer garantias fundamentais do direito de defesa.

Ao final, a Corte anulou a autorização de extradição e determinou a liberação imediata de Zambelli, caso ela não estivesse presa por outro motivo.

Rosana Valle*

Sem eufemismo: PCC e CV serão enfim chamados pelo que de fato são

A decisão dos Estados Unidos de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas provocou reações previsíveis. Houve quem comemorasse, quem criticasse e quem tentasse reduzir a medida à polarização política. Mas o debate, caro leitor, não é tão simples assim!

Durante mais de duas décadas de atuação como jornalista, acompanhei de perto a expansão do crime organizado no estado de São Paulo. Cobri operações policiais em comunidades dominadas pelo tráfico, rebeliões em presídios, apreensões de grandes carregamentos de drogas e a árdua rotina de profissionais da Segurança Pública no enfrentamento de uma das estruturas criminosas mais poderosas do continente.

Em 2009, grávida do meu segundo filho, fui acordada em meio à madrugada para cobrir mais um episódio da ofensiva do PCC contra as Forças de Segurança na Baixada Santista. Enquanto policiais eram executados e Delegacias, atacadas, agentes públicos viravam alvos de uma organização que buscava e ainda busca demonstrar força e desafiar o Estado.

O objetivo de tais ofensivas nunca foi apenas financeiro. O lucro alimenta a estrutura, é claro, mas o instrumento de poder é a imposição pelo medo, que subjuga e silencia comunidades, restringe a circulação de pessoas, dificulta denúncias e cria regras paralelas de convivência. É o temor às facções que permite a ocupação de territórios e enfraquece a presença do poder público.

Esta lógica, com o tempo, só ganhou mais força, espaço e ramificações. Em 2024, durante a campanha municipal, uma carta atribuída ao PCC foi divulgada com ataques à minha candidatura à prefeita de Santos-SP. O lamentável fato expôs a crescente capacidade das organizações criminosas de interferirem no debate público, de produzirem intimidação e de buscarem influência para além dos territórios dominados pelo crime.

Nos últimos anos, estas facções ampliaram a capacidade financeira, diversificaram atividades ilícitas e fortaleceram conexões internacionais. Segundo autoridades norte-americanas, PCC, que surgiu em São Paulo, e CV, originado no Rio de Janeiro, deixaram de ser organizações restritas ao território brasileiro e passaram a

atuar em redes criminosas transnacionais com insofismável alcance internacional.

Hoje, estas organizações movimentam recursos em escala global, infiltram-se em cadeias logísticas complexas e desafiam instituições, inclusive as da seara da Justiça. Ignorar esta transformação, ampliação meteórica e poder de infiltração, portanto, é erro estratégico.

A classificação definida pelos Estados Unidos, em vigor, oficialmente, a partir de 6/6, não resolverá, sozinha, os problemas da Segurança Pública brasileira, mas terá capacidade de ampliar a cooperação internacional, de fortalecer instrumentos de rastreamento financeiro e de aumentar a pressão sobre redes que dependem da circulação global de recursos.

Como deputada federal em segundo mandato, em Brasília-DF, nos últimos anos, destinei um sem-número de aportes às Forças de Segurança da Baixada Santista e de outras cidades do estado de São Paulo, para a aquisição de embarcações blindadas, de drones, de viaturas, de equipamentos e de Tecnologias de Inteligência Policial.

Segurança Pública, por conseguinte,

não é pauta abstrata para mim. É causa cristalizada a partir de experiências que vivi nas ruas, ouvindo vítimas e observando a violência e os impactos que facções produzem sobre famílias inteiras.

Muito além dos debates diplomáticos sobre soberania nacional e cooperação internacional, e no quanto tal medida por parte dos Estados Unidos pode impactar o sistema financeiro brasileiro, é necessário admitir que as ações até agora instituídas pelo País no enfrentamento do crime organizado não foram e nem são suficientes.

É preciso, de alguma maneira, dar um basta em quem espalha o terror pelas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas e de armas, e empodera milícias. E, para tanto, pouco importa o idioma e a coloração partidária. O que está em jogo é o combate intrépido ao crime organizado e a instituição de paz.

***Rosana Valle é deputada federal pelo PL-SP, em segundo mandato; presidente da Executiva Estadual do PL Mulher de São Paulo; jornalista há mais de 25 anos; e autora dos livros “Rota do Sol 1” e “Rota do Sol 2”**